

## O gosto amargo do esquecimento: Origens rurais da indústria do pêssego em Pelotas-RS, Brasil

Flávio Sacco dos Anjos<sup>1</sup>Nádia Velleda Caldas<sup>2</sup>Juliane Conceição Primon Serres<sup>3</sup>

### RESUMO

Pelotas é conhecida como a capital nacional do doce. Nesse contexto, a indústria de conservas de pêssego é uma atividade secular nessa localidade, a qual se acha inserida dentro de uma região que concentra aproximadamente 62% da produção nacional. Trata-se de gênero industrial cujas raízes são eminentemente rurais. Tais fábricas surgiram pelo empreendedorismo de colonos oriundos, sobretudo, da França e Alemanha. Todavia, entre os anos 1950 e 1970 são implantadas diversas medidas governamentais que simultaneamente inviabilizam as pequenas fábricas rurais e favorecem o capital agroindustrial via concessão de grandes incentivos fiscais e creditícios. Não obstante, no interior das comunidades rurais as marcas dos tempos áureos das fábricas e dos moinhos persistem, apesar da ação do tempo. Para muitos, nada mais seriam do que registros imagéticos de tempos pretéritos, enquanto para outros seriam apenas a constatação de um ciclo que tende a sucumbir no curso dos processos econômicos. Mais recentemente surgiram museus etnográficos da cultura francesa, alemã e italiana que evocam o legado dos imigrantes e de seus descendentes, os quais surgiram em virtude de projetos de extensão conduzidos por docentes da UFPel. Este estudo se baseia em entrevistas em profundidade realizadas com diversos atores do território.

**Palavras-chaves:** Pêssego; desenvolvimento rural; turismo rural; ruralidade.

### The bitter taste of forgetfulness: rural origins of the peach industry in Pelotas, Brazil

### ABSTRACT

Pelotas is known as the national capital of candy. In this context, the peach canning industry is a secular activity in this locality, which is located within a region that concentrates approximately 62% of national production. It is an industrial genre whose roots are eminently rural. Such factories arose due to the entrepreneurship of settlers, mainly from France and Germany. However, between 1950 and 1970 several governmental measures are implemented that simultaneously make small rural factories unfeasible and favor agro-industrial capital through the granting of large fiscal and credit incentives. Nevertheless, within rural communities, the golden age marks of factories and mills persist despite the action of time. For many, they would be nothing more than imagetic records of past times, while for others they would be merely the realization of a cycle that tends to succumb in the course of economic processes. More recently, ethnographic museums of French, German and Italian culture have emerged that evoke the legacy of immigrants and their descendants, which emerged as a result of extension projects led by UFPel teachers. This study is based on in-depth interviews with various local actors.

**Keywords:** Peach; rural development; rural tourism; rurality.

## 1. INTRODUÇÃO

Pelotas é um município brasileiro localizado no extremo sul do país, a apenas 130 km da fronteira com a República Oriental do Uruguai. Suas coordenadas geográficas são Latitude

<sup>1</sup> Doutor. Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Faculdade de Agronomia, Área de Sociologia e Extensão Rural. UFPel. Email [saccodosanjos@gmail.com](mailto:saccodosanjos@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora. Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Faculdade de Agronomia, Área de Sociologia e Extensão Rural. UFPel. Email: [velleda.nadia@gmail.com](mailto:velleda.nadia@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora. Instituto de Ciências Humanas, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. UFPel. Email: [julianeserres@gmail.com](mailto:julianeserres@gmail.com)

Sul (31° 46' 19") e Longitude Oeste (52° 20' 33"). Em seu interior habitam, segundo dados do último censo demográfico brasileiro (IBGE, 2010), 328.275 mil pessoas, sendo que destas, aproximadamente 94% vivem no perímetro urbano e 6% no perímetro rural. Pelotas se situa no oitavo posto dentre as cinco mais importantes localidades do Rio Grande do Sul em termos de produto interior bruto.

A área territorial corresponde a 1.609,7 km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional equivalente a 203,89 hab/km<sup>2</sup>. Dentre os 5.565 municípios existentes no Brasil, Pelotas ocupa o lugar 795 do ponto de vista do Índice de Desenvolvimento Humano, equivalente a 0,739 em 2010, considerado alto. Segundo dados do PNUD (2010), a dimensão que mais contribui para esse índice é a Longevidade (0,844), em que pese a esperança de vida ser equivalente a 75,64 anos para essa mesma data.

Pelotas é conhecida como a capital nacional do doce. Na última edição (2019) de sua festa anual os pelotenses celebraram uma grande conquista - o reconhecimento simultâneo, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do patrimônio edificado existente na cidade, mas também 'não-edificado', correspondente a uma tradição doceira e a uma reputação que atravessam o tempo.

A tradição doceira pelotense inclui doces finos (à base de ovos) que remetem à origem portuguesa (doçaria conventual), mas também a uma gama de produtos que inclui doces à base de frutas ou em pasta (pessugada, figada, etc.), cristalizados, em conserva e outras modalidades, as quais remontam à heterogênea formação cultural e à história desta localidade brasileira (MAGALHÃES, 2001).

Todavia, paradoxalmente o surgimento de Pelotas não está ligado ao açúcar, mas ao sal. Isso porque foi em seu interior que surgiram as charqueadas, espécie de 'protoindústrias' que exploravam negros escravizados na elaboração de carne salgada (charque) exportada para dentro e fora do país. No auge do ciclo charqueador (Séc. XIX), navios levavam a proteína animal salgada para o nordeste do país e de lá voltavam abarrotados de açúcar que alimentava as nascentes fábricas doceiras artesanais (MAGALHÃES, 1993).

Sinais da pretérita pujança econômica são visíveis na riqueza e sofisticação das edificações construídas por uma aristocracia de origem portuguesa, com seus casarões e praças que se consideram como um dos grandes acervos do neoclassicismo nacional. Mas a história de Pelotas não está representada apenas por barões do charque e negros escravizados, mas por descendentes de imigrantes europeus (alemães, pomeranos, franceses, italianos) que para esta parte do país se deslocaram, atraídos pelas promessas de terra das empresas de colonização.

Outro aspecto a ser frisado é que muito se fala dos doces finos de origem lusitana, mas pouco se exalta a contribuição das etnias que conformam o crisol cultural dessa localidade brasileira.

Dentro da tradição doceira de Pelotas cobra destaque a indústria de conservas de pêssego, atividade inserida em uma região que concentra sozinha mais de 95% da produção de compotas do estado do Rio Grande do Sul e aproximadamente 62% da produção nacional (SEVERO, 2017). Além disso, segundo a mesma fonte, a cultura do pêssego envolve atualmente 1.600 cultivadores, bem como a geração de 2,5 mil empregos diretos. Mas essa atividade fabril, que contribuiu de modo decisivo para a tradição doceira de Pelotas e, também, de título de cidade dos alimentos, ostenta uma origem eminentemente rural e camponesa.

Não obstante, no período compreendido entre 1950 e 1970 a face urbana deste gênero fabril se impõe de forma decisiva, assim como a concentração da produção do ponto de vista da criação de grandes unidades industriais. As razões para esse fato devem ser buscadas dentro da perspectiva histórica e das circunstâncias que ensejaram esse fato. Apesar disso, alguns sinais das fábricas colonias ainda persistem nas áreas rurais, desafiando o tempo, mas ao mesmo tempo a falta de cuidado com o patrimônio cultural. Algumas iniciativas foram tomadas no sentido de revalorizar essa faceta da cultura regional, mas são elas bastante pontuais, as quais, quando surgem, aparecem a partir da ação voluntária de alguns grupos que invariavelmente não contam com apoio institucional consistente por parte do poder público.

Como exemplo dessas iniciativas, tem-se o caso dos museus etnográficos criados a partir de projetos de extensão conduzidos por professores ligados ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, em conjunto com lideranças das comunidades rurais. Tais ações foram fundamentais para trabalhar em favor do resgate da história das famílias de imigrantes, bem como das possibilidades de conexão com estratégias de valorização do patrimônio edificado e não-edificado.

O propósito deste artigo é explorar essa questão e aspectos a partir de trabalhos que vimos desenvolvendo na região, sobretudo teses de doutorado e dissertações de mestrado ligados à dinâmica da agricultura familiar e do mundo rural, bem como o que denominamos de estratégias de valorização de produtos agroalimentares (indicações geográficas e outros signos distintivos de mercado). No presente caso analisamos essa realidade a partir de três entrevistas em profundidade com produtores de pêssego, bem como com duas pessoas ligadas a uma fábrica de conservas de caráter familiar, e de origem francesa, que ainda persiste em atividade nas atuais circunstâncias. Tais entrevistas foram degravadas e analisadas a partir de categorias centradas em aspectos relacionados com a história do pêssego em Pelotas, especialmente da

questão das fábricas rurais que, como veremos depois, vivenciaram intensa atividade durante um período de tempo delimitado.

A primeira seção deste artigo apresenta alguns elementos de ordem geral que caracterizam o surgimento de Pelotas e as particularidades da formação sociocultural desta localidade brasileira. Na segunda seção nossa atenção está posta sobre a indústria de conservas de pêssego, evidenciando suas origens rurais e as mudanças que tal produção sofre ao longo do tempo. A terceira aborda o ocaso das fábricas rurais em meio ao surgimento das grandes indústrias sob a égide das políticas governamentais. As considerações finais apontam para a necessidade de revalorização do patrimônio material e imaterial deste saber-fazer e de outros elementos ligados a uma cultura tipicamente camponesa, tipicamente colonial.

## 2. ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DE PELOTAS

Como aludido anteriormente, o aspecto formador da cidade de Pelotas recai na produção de charque, carne salgada elaborada a partir da exploração de negros escravizados em estabelecimentos que, para efeito de exposição, denominaríamos de “protoindústrias” diante da precariedade dos sistemas de elaboração. O gado *vacum* introduzido nos séculos XVIII pelos jesuítas espanhóis e portugueses abundava em extensas planícies do chamado pampa gaúcho. O charque era exportado para outras partes do país, alimentando a força de trabalho escrava e não escrava ligada a outros ciclos produtivos (cana-de-açúcar, café, mineiração, etc.) do país e também para outras latitudes (sul dos EUA, Cuba) onde viscejavam as grandes lavouras de milho, algodão e tabaco, conhecidas sob o termo “plantations”.

Segundo Vargas (2014), Pelotas converteu-se no principal polo charqueador, não só do Rio Grande do Sul, como de todo o império do Brasil, não somente em virtude da quantidade produzida, como também de sua localização geográfica, face a proximidade com o porto de Rio Grande, de onde a produção era remetida para as mais diversas regiões. Nesse contexto,

Os anos 1860 são considerados o grande auge econômico do setor, e pode-se considerar que foi apenas na década de 1880 que teve início uma crise irreversível que acabou por resultar na decadência do complexo charqueador escravista. O resultado disso foi que em 1900 existiam apenas 11 charqueadas em Pelotas, indicando-se que o declínio do setor coincidiu com a abolição da escravidão (1888) e a queda da própria monarquia (1889) – que tinha nestes empresários das carnes um de seus sustentáculos. (VARGAS, 2014, p. 541)

Todavia, nessa região, formada basicamente por descendentes de portugueses (sobretudo de açorianos), mestiços e africanos, tem-se uma mudança profunda em sua formação sociocultural a partir do ingresso de imigrantes procedentes da Europa Central (alemães,

pomeranos, italianos, austríacos, poloneses, franceses, etc.), os quais foram introduzidos nessa parte da geografia brasileira especialmente durante a segunda metade do século XIX.

A vinda destes imigrantes – os chamados colonos – cumpre três desideratos. O primeiro deles é operar a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre. Não se pode olvidar o fato de que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão. O segundo tem a ver com a formação de uma fronteira viva nos confins do país, dentro de uma região que historicamente se enfrenta a conflitos territoriais, desde os tempos das disputas entre os países ibéricos. E o terceiro remete à necessidade de constituir um setor de pequenos proprietários responsáveis pela produção de alimentos para as emergentes urbes do extremo sul do país.

A vinda dos colonos se dá em meio à transição entre o regime monárquico e o regime republicano (1889). Desse modo, a política de colonização implementada pelo governo imperial, voltada a instituir a pequena propriedade no Brasil meridional, não sofre solução de continuidade durante os tempos da emergente república. A criação da Lei de Terras (1850) havia extinguido o regime de sesmarias, estabelecendo o mecanismo de compra como a única forma de acesso à propriedade fundiária.

É desse modo que se impõe um dispositivo que definitivamente impede qualquer possibilidade de formar um setor de pequenos proprietários “nacionais” dentro de um país que já se mostrava extremamente desigual. Sitiantes, foreiros, agregados, meeiros e outras coletividades, como o que hoje denominamos comunidades remanescentes de quilombos foram sempre alijados do exercício da propriedade da terra. A natureza da sociedade brasileira descansa na associação entre latifúndio e segregação social, como bem definiu Prado Júnior (1942; 1945) em suas consagradas obras sobre a formação social nacional.

Voltando ao caso em questão, cabe frisar que a vinda dos imigrantes e o seu assentamento em áreas dobradas e cobertas por densas matas, como na chamada “Serra dos Tapes”, na região que atualmente abrange os municípios de Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, dentre outras localidades, era um negócio altamente lucrativo comandado pelas elites locais. As terras onde os imigrantes foram sendo assentados eram de qualidade inferior às extensas planícies destinadas à pecuária extensiva. Segundo alude Grando (1990, p.68), durante a primeira metade do século XIX o governo imperial era o grande responsável pela criação das colônias no Rio Grande do Sul. No entanto, interesses públicos e privados acabam se imiscuindo no rentável comércio de terra e de assentamento de colonos. Segundo suas palavras:

Desde então, não só esses dois níveis de poder seguiram atuando na organização das colônias, como houve a penetração de capitais privados. Vários especuladores, freqüentemente [sic] estrangeiros, passaram a se interessar pela aquisição de terras

devolutas, o que caracterizou, francamente, a colonização como um negócio. (GRANDO, 1990, p.68)

Alguns dos projetos iniciais fracassaram por conta da falta de condições oferecidas aos imigrantes. A iniciativa mais auspiciosa, sem dúvida, foi a promovida pelo empresário alemão Jacob Rheingantz, o qual assentou em terras devolutas da Serra dos Tapes, aproximadamente 200 famílias de imigrantes alemães em terras adquiridas junto ao governo imperial. Surgia, assim, a Colônia de São Lourenço do Sul (atual município de mesmo nome), sendo esta a primeira de uma série de iniciativas que prosperaram na região, as quais juntas convertem-se num enclave da agricultura familiar numa zona até então dominada por latifúndios voltados à pecuária extensiva. É no interior dessa região que se encontra Pelotas, o contexto empírico desse estudo (ver Figura 1).

Os lotes adquiridos pelas famílias possuíam uma extensão compreendida entre 20 a 25 hectares. A produção de alfafa, feijão, milho e as criações de animais domésticos (aves, suínos e bovinos de leite) eram as mais importantes atividades, além da coleta de cascas de goiabeira e arueira (árvores nativas) utilizadas nos curtumes de couro de Pelotas, bem como a venda de lenha extraída das matas que iam sendo derrubadas para dar lugar às primeiras roças. Com o passar do tempo, outras atividades ganham relevo, como é o caso da produção de piretro, tabaco e batata inglesa, como bem destaca Grandó (1990) em sua obra.

Dentre as primeiras experiências promissoras de agroindustrialização consta a produção vinícola, especialmente no interior da chamada Colônia Francesa. Esta comunidade foi durante muito tempo considerada como uma das mais bem-sucedidas iniciativas de assentamento de imigrantes centro-europeus do Rio Grande do Sul. Mas há que destacar também o chamado “ouro branco” das colônias (SEYFERTH, 1974, p.72, qual seja, a banha artesanalmente produzida nos estabelecimentos familiares, adquirida por atravessadores que a vendiam.

Figura 1 – Mapa ilustrativo da localização do município de Pelotas



Fonte: Severo (2017, p.36).

Além das adegas vinícolas, surgem os primeiros moinhos movidos à energia hidráulica que processavam a produção de cereais das próprias famílias de colonos e a de seus vizinhos. Tais empreendimentos operavam invariavelmente sem o uso de dinheiro, predominando o sistema da terça, por meio do qual, o moleiro ficava com 1/3 do que era moído em seu interior, a título de pagamento pela atividade realizada.

No caso da vitivinicultura sabe-se que era uma atividade que inicialmente surgiu para atender as necessidades de autoconsumo das famílias, especialmente no âmbito da colônia francesa (Santo Antônio) e das colônias italianas. Não obstante, havia o interesse por parte da prefeitura e órgãos locais, ao final do século XIX, no sentido de ampliar a escala de produção para fins comerciais e de dotar as cantinas com melhores equipamentos, bem como de elevar a qualidade do vinho produzido.

Não obstante, como alude Grando (1990), as cavas ou cantinas permaneceram isoladas, não havendo sido criadas formas de associação, sendo que apenas uma delas – a Quinta Pastorello – ainda se mantinha em pé até meados dos anos 1940. Entretanto, esse empreendimento, de propriedade de colonos franceses, encerra suas atividades em 1972. A concorrência estabelecida por outras regiões do Estado e a precariedade das estruturas de produção impediram o seu avanço, encerrando-se um breve ciclo de agroindustrialização rural.

É sabido que os excedentes obtidos pelas famílias na venda de sua produção geravam uma acumulação incipiente de recursos econômicos. Some-se a isso as proles numerosas das famílias, que asseguravam uma oferta abundante de braços para os processos produtivos. São estas as condições básicas para o surgimento de pequenas unidades agroindustriais. Esse é precisamente o contexto empírico sobre o qual se apoia o argumento central deste estudo, qual seja, as condições que propiciaram a emergência de um gênero específico da agroindústria rural, a conserva de pêssego, sobre o qual nos aprofundaremos na próxima seção deste artigo.

### **3. AS ORIGENS RURAIS DA INDÚSTRIA DO PÊSSEGO EM PELOTAS**

No começo do século XX Pelotas já era despontava como um dos mais importantes polos da indústria alimentar do país. Com a decadência das charqueadas, grande parte dos capitais locais migram para a produção e beneficiamento de arroz, fato que fez com que essa localidade gaúcha se convertesse no maior centro da indústria orizícola nacional. Mas esse aspecto não pode ocultar o fato de que no interior do município, a exemplo da citada colônia

francesa, já existiam fábricas artesanais de doces, passas, conservas de frutas e legumes, as quais possuíam um caráter eminentemente familiar e artesanal.

Segundo Grando (1990, p.104), a indústria de conservas foi introduzida em Pelotas pela mão do imigrante francês Amadeo Gastal, cujo estabelecimento rural se denominava Bruyères, onde ele também fazia vinhos. Em 1867 tal personagem foi para a França para trazer de lá conhecimentos e instrumentos que inexistiam no Brasil sobre essa cultura e sobre os processos de industrialização. Com efeito,

Importou da França todo o equipamento necessário e, no ano de 1878, fabricou as primeiras compotas de pêssegos. No ramo das conservas, beneficiava também pepino ("cornichon"). Seus produtos eram de excelente qualidade e vendidos em embalagens requintadas, com vistosos e coloridos rótulos de fabricação francesa. (GRANDO, 1990, p.104; destacado no original)

Conforme Hallal dos Anjos, em 1900 Pelotas possuía 61 colônias, constituídas por colonos alemães, além de italianos, franceses e também de origem ibérica. Surgia assim uma florescente economia colonial que altera definitivamente a paisagem cultural e a vida social de Pelotas. Ou seja, paralelamente ao cultivo agrícola diversificado e da produção animal, nascia o que alguns autores chamam de indústria doméstica rural, ou seja, uma forma artesanal de agregação de valor aos produtos agrícolas.

Na seminal obra de Kautsky (1980) – A questão agrária – publicada em 1899, há abundantes referências a estas atividades, praticadas no interior de explorações camponesas da Europa Central. Ainda segundo Kautsky, as agroindústrias domésticas serviriam para ampliar as chances de sobrevivência das explorações camponesas, que desse modo, retardariam uma desapareção que, no seu entendimento, seria absolutamente inevitável. Para este expoente da socialdemocracia alemã, decididamente não haveria futuro para o que hoje denominamos agricultura familiar. Iniciativas dessa natureza, somadas ao estoicismo camponês, postergariam o ineludível ocaso de uma forma social de produção centrada no trabalho familiar. Ainda que não fossem voltados ao campo da produção agroalimentar, os *kustares* descritos por Lenin (1899/1985) em “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, outro clássico do chamado “marxismo agrário ortodoxo”, situa tais empreendimentos dentro do mesmo status analítico, qual seja, enquanto evidências ou resquícios de um modo de produção condenado a sucumbir em meio à penetração do capitalismo no campo.

O caso das fábricas artesanais de pêssego de Pelotas traduz de forma gráfica a natureza de um empreendimento situado dentro desse quadro conceitual. Nesse sentido, evocamos novamente o trabalho de Grando que se situa na interface dessa mesma dinâmica no extremo sul do Brasil. Segundo suas palavras:

A primeira fábrica de conservas de pêssego em calda que surgiu no meio rural foi a da Quinta Pastorello em 1900, na Colônia Santo Antônio. A partir dessa, muitas outras foram instaladas, sempre na própria casa de residência dos colonos. O pêssego era ainda beneficiado em forma de pessegadas e passas, estas últimas pelo processo de dessecamento das frutas ao sol ou em fogão. Mas, também, na zona da pecuária pelotense, tradicionais estabelecimentos de conservas de carne, aproveitando o equipamento instalado, passaram a produzir, secundariamente, conservas vegetais. (GRANDO, 1990, p.105)

Na década de 1920 as fábricas ligadas ao pêssego estavam em franca expansão no interior de Pelotas. Paralelamente se ampliaria o número e a dimensão dos pomares em toda a região. Além do pêssego, o figo em calda era também produzido nas indústrias domésticas rurais de famílias de origem francesa, alemã, italiana e luso-brasileira. O processo de fabricação das compotas era completamente artesanal, desde a seleção e classificação do pêssego, até as operações de descasque, corte, descaroçamento e envase. A etapa final era o fechamento da lata e colocação do rótulo.

O caso da Quinta Pastorello, a maior das agroindústrias rurais do interior de Pelotas, é emblemático. O encerramento de suas atividades se deve a inúmeros fatores, sobre os quais falaremos na próxima seção, mas o aspecto fundamental a destacar é a impossibilidade de adequação às normas de produção (sanitárias, fiscais, trabalhistas) estabelecidas pelos órgãos oficiais a pretexto de protegerem a sanidade do que os consumidores estavam adquirindo.

#### **4. O CREPÚSCULO DAS FÁBRICAS RURAIS E ASCENSÃO DAS GRANDES INDÚSTRIAS**

No período correspondente às décadas de 1940 a 1970 o Brasil experimenta um processo intensivo de urbanização e industrialização. A era Vargas, com seu modelo de substituição de importações, significou a implantação de um modelo nacional-desenvolvimentista através da concessão de fortes incentivos fiscais e creditícios. E foi por força dessa política que Pelotas chegou, no auge dos anos 1970, a concentrar um dos maiores parques industriais de processamento de produtos de origem vegetal no Brasil.

Sob o argumento básico de não cumprimento da legislação sanitária, as fábricas rurais paulatinamente vão fechando suas portas. Como bem descreveu Severo (2017, p.67):

[...] na década de 1950, Pelotas e região contavam com cem empresas processadoras de pêssego. Já no início dos anos 1980 havia quarenta fábricas, sendo que no final da mesma década, o número se viu reduzido a dezoito. Passados vinte anos, existiam apenas treze fábricas de conservas na região, incluindo os municípios de Pelotas e Morro Redondo.

A concentração industrial que se verifica em Pelotas no ramo da indústria alimentícia é flagrante. Mais do que nunca se sabe que a legislação criada no país, ao longo do período destacado, tinha um duplo objetivo muito claro, de um lado, eliminar as agroindústrias rurais, de outro, favorecer o grande capital, eliminando a concorrência dos pequenos empreendimentos. Com efeito, como resume Grandó (1990, p.113)

Essas transformações no parque das indústrias de conservas de Pelotas ocorreram no período que ficou conhecido como o do "milagre econômico brasileiro" (de 1967 a 1973), quando o País entrou em nova fase de crescimento industrial, mediante uma política de estímulos implantados pelo Governo Federal. Entre as inovações introduzidas então, destacamos o financiamento de longo prazo às indústrias através de bancos regionais e estaduais, criados para esse fim, o que veio a beneficiar as médias e as grandes empresas. (destaques no original).

Paredes de azulejos, equipamentos de aço inoxidável e uma infindável lista de exigências surgiam da noite para o dia, assim como as generosas ofertas de recursos de bancos oficiais para beneficiar o grande capital. A ironia surge a partir do momento em que as pequenas empresas, que tornaram a cidade conhecida como produtora desse peculiar gênero fabril, são rapidamente lançadas no estado de clandestinidade.

Os produtores que persistiram no ramo do pêssego tiveram que se restringir à condição de meros ofertantes de matéria-prima, seguindo o padrão de verticalização da produção que se impõe no país ao longo das décadas subsequentes. Gomes, Madail e Sacco dos Anjos (1986) estimam que nos anos 1970 o potencial de beneficiamento da fruta equivalia a cem mil toneladas. No auge dos anos 1980 existiam cerca de 2.500 famílias de produtores de pêssego distribuídas especialmente pela zona rural de Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul e Morro Redondo.

Mas o setor conserveiro de Pelotas, com a conformação que adquiriu entre os anos 1970 e 1980, constituído agora por médias e grandes empresas situadas eminentemente no perímetro urbano (distrito industrial) vivencia, nas duas décadas subsequentes, uma grande crise. Grandes empresas conserveiras encerram suas atividades, a exemplo da Cicasul, Vega e HP. Muitos produtores familiares de pêssego são afetados, não somente porque não têm a quem vender a própria produção, devido à redução do volume adquirido, como pelo fato de não receberem pela matéria prima vendida às empresas nas safras precedentes. As dívidas contraídas no processo de produção desincentivam as famílias a seguirem na atividade, em meio às crescentes incertezas.

Atualmente existem treze empresas na região, as quais processam uma produção anual que gira entre 40 e 50 mil toneladas de pêssego. Atualmente, segundo dados da SEPLAN (2017), os maiores produtores no período 2013-2015, em termos médios (toneladas/ano), e que

concentram 50% da produção do estado do Rio Grande do Sul são os municípios: Pelotas (30.867); Canguçu (17.267) e Pinto Bandeira (15.158) (SEPLAN, 2017). Apesar de ostentar grande importância social e econômica para milhares de famílias rurais de Pelotas e região, a atividade relativa ao pêssego definhou enormemente em relação ao que representava até meados dos anos 1970.

A Tabela 1 foi construída a partir dos dados do último censo agropecuário (IBGE, 2017). Vale dizer que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE estabelece um corte entre, de um lado, estabelecimentos que possuem até 50 pés de pêssego, onde a vocação é basicamente para o autoconsumo familiar, e de outro lado, estabelecimentos que possuem 50 ou mais pés de pêssego, ou seja, unidades produtivas que têm essa cultura como atividade comercial. Nos dados da Tabela 1 trata-se do segundo grupo, ou seja, das unidades produtivas vocacionadas para a venda da própria produção.

Tabela 1. Municípios produtores de pêssego, número de estabelecimentos e produção em toneladas.

Município produtor	Nº de estabelecimentos*		Produção (Toneladas)
	Agricultura familiar	Não-familiar	
Arroio do Padre	3	-	-
Canguçu	105	13	5.236
Morro Redondo	52	9	4.160
Pelotas	403	8	23.735
São Lourenço do Sul	-	1	-
Total	760	61	33.131

(\*) Nesse caso considera-se os estabelecimentos que possuem 50 pés e mais de pêssego.

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Segundo podemos observar, a produção alcança atualmente pouco mais de 33 mil toneladas, sendo que 71,6% corresponde a Pelotas. Segundo a mesma fonte, seriam 760 estabelecimentos dedicados a essa atividade (53% de Pelotas) que é de caráter fortemente familiar. Um olhar retrospectivo para a trajetória dessa cultura mostra uma sensível redução no número e dimensão dos pomares, de famílias produtoras e de uma produção que se viu diminuída a 1/3 do que se tinha há quatro décadas. O tabaco, a soja e outras culturas ocuparam esse espaço. O número de famílias que seguem cultivando o pêssego tende a se reduzir diante das mais diversas dificuldades enfrentadas em seu dia a dia. Conforme revelou o estudo de Severo (2017), a disponibilidade de mão de obra é cada vez maior, fato que decorre do efeito combinado da diminuição do tamanho das famílias, do envelhecimento da população rural e da escassez de trabalhadores disponíveis. Some-se a isso o elevado custo de produção, o baixo preço pago pelo produto, o elevado custo dos investimentos para a melhoria das infraestruturas produtivas e para a renovação dos pomares. Por fim, mas não menos importante, a relação com

a indústria segue sendo outro foco de tensão e incertezas, assim como a ausência de inovação neste setor e de iniciativas de valorização cultural da atividade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As origens rurais da indústria do pêssego são absolutamente claras e inequívocas. Fotos antigas e rótulos que engalanavam as compotas exportadas para os grandes consumidores do Brasil são hoje expostas no “Museu do Doce” da cidade de Pelotas, que funciona dentro de um dos grandes casarões situados no centro da cidade. Há também outros registros na paisagem urbana que exaltam a época dourada que tal atividade alcançou na trajetória da economia regional. Para muitos, nada mais seriam do que registros imagéticos de tempos pretéritos, enquanto para outros seriam apenas a constatação de um ciclo que tende a sucumbir no curso dos processos econômicos.

Nesse caso, a fagocitose operada pelas grandes empresas sobre as fábricas artesanais nos anos 1970 parece traduzir o que magistralmente Marx (1867/1996) descreve enquanto expressão dos processos de concentração e centralização do capital. Não obstante, não se pode esquecer que o Estado desenvolvimentista da Era Vargas e dos governos que lhe seguiram cumpriram um papel central nessa perversa dinâmica que decretou o ocaso das fábricas rurais.

No interior de Pelotas velhos moinhos e fábricas abandonadas conformam uma paisagem que reflete o esgotamento de modelos produtivos e mudanças mais amplas, a exemplo da tendência de ‘desruralização’ de nossas sociedades. Coincidimos com Redclift e Woodgate (1994, p.61-62) quando afirmam que “o campo assumiu um estatuto de herança, tal como as catedrais, porque nos mostra o nosso passado”. O propósito deste trabalho foi no sentido de explorar tais questões à luz de nossas pesquisas, especialmente da consulta a fontes históricas e realização de entrevistas com atores locais.

Uma das famílias remanescentes da Colônia francesa – os Crochemore – adquiriu as instalações de uma antiga fábrica de conservas e retomou a produção de doces em pasta (pessugada, figada, doces cristalizados, etc.), bem como a elaboração de compotas de pêssego. Comercializa diretamente a produção em feiras livres de Pelotas, bem como em diversos pontos do litoral gaúcho durante o verão.

A cultura do pêssego ainda preserva algumas atividades artesanais de valor gastronômico e cultural que se encaixam harmonicamente dentro desta economia de singularidades que vem sendo impulsada em países da União Europeia através do chamado

“Segundo pilar da PAC”, qual seja, a política de desenvolvimento rural. No elenco de produtos derivados do pêssego constam ainda a fabricação de origone (pêssego desidratado ao sol) destinado à elaboração do arroz de pêssego e de outros manjares que, em maior ou menor medida, são divulgados na festa nacional do doce, que acontece anualmente.

Há também uma iguaria singular – a passa de pêssego – que apenas algumas famílias do interior de Pelotas a fabricam em bases absolutamente artesanais. Em suma, trata-se de um saber-fazer cujo futuro é incerto diante do reduzido número de pessoas que se dedica a essa e a outras atividades tipicamente camponesas.

Algumas iniciativas voluntárias foram levadas a cabo pelas próprias comunidades, a exemplo de rotas turísticas pela zona rural, oferecendo passeios turísticos e alimentos tradicionais. A herança cultural foi também evocada em museus etnográficos da cultura francesa e italiana erguidos no interior de antigas casas rurais. Todavia, são ações isoladas e que pouca atenção têm recebido por parte dos poderes públicos (governo estadual e municipal). O propósito deste artigo é também mostrar essa faceta da historiografia do Brasil meridional e despertar o interesse por ações concretas voltadas à revalorização da cultura, tanto no âmbito da pesquisa quanto da extensão e da formação acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Este artigo foi elaborado durante a realização de estágio de Professor Visitante Sênior do primeiro autor (processo nº 88887.363956/2019-00) e de Professor Visitante Junior do segundo autor ((processo nº 88887.363881/2019-00), sob a égide do Programa Institucional de Internacionalização da UFPel (CAPES-PRINT-UFPel), junto ao Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA), ligado ao Consejo Superior de Investigación Científica de Espanha. Os agradecimentos se estendem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de produtividade ao primeiro autor (processo nº 305086/2018-9).

## REFERÊNCIAS

ANJOS, M. H. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2000. 174p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6955>. Acesso em nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em set. 2019.

GOMES, J. C. C.; MADAIL, J. C. M. e SACCO DOS ANJOS, F. Aspectos socioeconômicos da produção de pêssego em Pelotas, RS. In: Associação dos Eng. Agrônomos de Pelotas. (Org.), **Perspectivas e alternativas da agropecuária e agroindústria no município de Pelotas**. Porto Alegre, RS: Corag, p. 387-413. 1986.

- GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise**: o caso da “colônia francesa”. no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. 1990. 209p.
- KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. S. Paulo: Proposta Editorial. 1980. 329p.
- MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Ed. da UFPel, 1993. 312p.
- MAGALHÃES, M. O. **Doces de Pelotas**: tradição e história. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2001. 61p.
- LENIN, V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. S. Paulo: Nova Cultural, 1985. 402p.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, Os Economistas, livro I, tomo 2. 1996. 394p.
- PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942. 390p.
- PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1945. 364p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD (2010) Ranking IDHM Municípios 2010. Disponível em <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em out. 2019.
- REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. Sociology and the environment: discordant discourse? In REDCLIFT, M. e BENTON, T. (ed.) **Social Theory and the Global Environment**. London: Routledge, pp. 51-66. 1994.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Seplan. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – Economia: Pêssego e banana - 2017. Disponível em <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/pessego-e-banana>. Acesso em out. 2019.
- SEVERO, P. S. **Os pêssegos não caem do céu**: relações de trabalho na agricultura familiar no município de Pelotas/RS. 2017. 184f. Tese (Doutorado em Agronomia) Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Pelotas, 2017.
- SEYFERTH, G. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento. 1974. 159p.
- VARGAS, J. M. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História** (São Paulo. Online), v. 33, pp. 540-566. 2014.

Recebido: 10/12/2019

Aceito: 14/03/2020

Publicado: maio de 2020